

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CONCURSO PÚBLICO **2013**

MANHÃ



PROVA ESCRITA E PRÁTICA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da Prova Escrita e Prática, que é composta por uma dissertação, uma peça prática e duas questões, seguidas de páginas para rascunho. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da Prova Escrita e Prática.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA E PRÁTICA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Tanto na dissertação, quanto na peça prática e nas questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Notário** ou **Registrador**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo será atribuído até **1,00 ponto**, do qual até **0,05 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na dissertação e na peça prática, esses valores corresponderão a **4,00 pontos** e **0,20 ponto**, respectivamente.

DISSERTAÇÃO

José é credor quirografário de Antônio da quantia de R\$ 100.000,00, representada por nota promissória emitida em 1.º/6/2013 e vencimento previsto para 30/8/2013. Antônio, proprietário do imóvel onde reside com a sua família e de uma edificação comercial avaliada em R\$ 350.000,00, acedeu, em 30/7/2013, aos propósitos de Manuel e lhe transferiu a propriedade desse último imóvel a título de dação em pagamento para a quitação de uma dívida no valor de R\$ 200.000,00, que venceria em 30/11/2013. Por fim, em razão da obrigação devida por Antônio a José não ter sido paga no seu respectivo vencimento, este apresentou a nota promissória para protesto por falta de pagamento, mas até a presente data não sobreveio quitação.

Com base na situação hipotética apresentada, redija texto dissertativo, propondo a solução para o litígio apresentado em relação ao direito de crédito de José em relação a Antônio. Analise as condutas de Antônio e Manuel e aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ espécie de fraude praticada por Antônio e Manuel; [valor: 0,40 ponto]
- ▶ conceito da fraude praticada; [valor: 0,40 ponto]
- ▶ natureza jurídica do ato; [valor: 0,75 ponto]
- ▶ pressupostos ou requisitos fáticos necessários à configuração da fraude; [valor: 0,75 ponto]
- ▶ efeitos da fraude no plano da eficácia do negócio jurídico em relação ao credor José; [valor: 0,75 ponto]
- ▶ medida judicial para atacar a fraude. [valor: 0,75 ponto]

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

PEÇA PRÁTICA

Carlos, solteiro, com setenta anos de idade, decidiu doar para sua namorada, Susana, com quem convive sem união estável, um dos cinco apartamentos que possui, em um condomínio localizado em Teresina – PI, no mesmo prédio, todos de igual valor e comprados de João.

A área total do terreno do condomínio é de 1.200 m² e mede 60 m pelos lados norte e sul e 20 m pelos lados leste e oeste; a do apartamento é de 100 m² de área privativa e 50 m² de área comum, com fração ideal de 1/50.

Carlos pretende fazer constar como condição resolutiva para a doação que Susana nunca se case enquanto ele viver e incluir, também, no documento de doação, cláusula de incomunicabilidade do imóvel e de usufruto perpétuo reservado a si.

Tendo Susana concordado com as referidas condições e não havendo qualquer restrição no que se refere ao imóvel ou ao doador, o casal foi à presença do tabelião, para lavrar a escritura do negócio.

Com base nessa situação hipotética, redija, na condição do tabelião do cartório de notas, da forma mais completa possível, a escritura pública de doação, complementando o documento com os elementos legais exigíveis. Ao redigir a escritura, atenda, necessariamente, às seguintes instruções:

- Ao qualificar qualquer pessoa, chame-a pelo nome acima narrado e, em lugar de cada qualificadora, ponha apenas o nome da informação entre parênteses. Por exemplo: “Carlos, (RG)...”
- Quanto às demais pessoas envolvidas na escritura, quando não houver identificação na narrativa acima, refira-se a elas como “(PESSOA 1)”, “(PESSOA 2)”, e assim por diante, sempre que necessário.
- A qualificação do imóvel deve seguir a mesma regra da qualificação da pessoa. Por exemplo, “Apartamento (número) localizado no (endereço) ...”
- Qualquer data, independentemente de lógica, deve ser escrita apenas como “(data)”;
- Qualquer valor deve ser escrito apenas como “(valor)”;
- Qualquer instituição deve ser aludida apenas com seu nome comum, por exemplo, a referência a um cartório deve ser feita simplesmente como “(cartório)”;
- Qualquer documento deve ser identificado apenas com seu nome entre parênteses.

Considere que nem o imóvel nem o doador têm qualquer restrição.

Atenção: ao texto que não atenda às instruções acima será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.

Serão avaliados os seguintes aspectos:

- Estrutura geral e forma de escritura pública e aspectos fiscais; [valor: 0,80 ponto]
- Alusão aos elementos de qualificação das pessoas e do objeto da escritura, bem como o título aquisitivo; [valor: 0,75 ponto]
- Declarações das partes sobre as situações especiais narradas na situação hipotética acima; [valor: 0,75 ponto]
- Guias, certidões e demais documentos citados; [valor: 0,75 ponto]
- Citações à legislação aplicável, excetuada a referente ao ITCD do município de Teresina. [valor: 0,75 ponto]

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO 1

Com base no que dispõe o Decreto Federal n.º 93.240/1986 acerca da escritura de compra e venda de imóvel urbano, responda aos seguintes questionamentos.

- ▶ Que certidões relacionadas ao imóvel são exigidas para a lavratura dessa escritura? [valor: 0,35 ponto]
 - ▶ O que deve fazer o tabelião com as respectivas certidões? [valor: 0,30 ponto]
 - ▶ É possível a dispensa de alguma(s) dessas certidões? Justifique sua resposta, discorrendo, se for o caso, sobre os efeitos da dispensa. [valor: 0,30 ponto]
-

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Os principais fatos da vida civil de uma pessoa natural, como o nascimento, o casamento e o óbito, são registrados pelos oficiais de registro civil das pessoas naturais, profissionais que prestam serviços notariais e de registro, em caráter privado, por delegação do poder público, e cujas atividades e responsabilidades são regulamentadas pela Lei n.º 8.935/1994 (Lei dos Cartórios) e pela Lei n.º 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre os serviços de registro e averbação no registro civil de pessoas naturais. Ao elaborar seu texto, atenda, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- ▶ Estabeleça a diferença entre registro público e averbação. [valor: 0,35 ponto]
- ▶ Cite três situações em que seja obrigatório o registro e três em que seja obrigatória a averbação. [valor: 0,30 ponto]
- ▶ Indique, com fundamento na legislação pertinente, quem pode realizar a averbação, de modo geral, onde e como esse serviço deve ser feito. [valor: 0,30 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos